

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.551 - SP (2019/0296781-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **UBOOK EDITORA S.A**  
**ADVOGADO** : **PEDRO RAMALHETE DE AGUIAR - RJ133670**  
**AGRAVANTE** : **SARAIVA E SICILIANO S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU - SP117417**  
 : **JULIO CESAR GOULART LANES - SP285224**  
**AGRAVADO** : **FABIO AUGUSTO PIRES ALMAGRO**  
**ADVOGADOS** : **FERNANDO PORTELLA ALCOLÉA - SP248126**  
 : **MARCELO ANDRE CANHADA FILHO - SP363679**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA E LUCROS CESSANTES. 1. CONFIGURAÇÃO DOS DANOS MORAIS. REVISÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. VERBA HONORÁRIA E REDISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. TESES QUE DEMANDAM A INCURSÃO AOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS DOS AUTOS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 2. AGRAVO DE UBOOK EDITORA S.A. CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Na origem, FABIO AUGUSTO PIRES ALMAGRO ajuizou ação de obrigação de não fazer cumulada com indenização por danos morais e lucros cessantes em desfavor de UBOOK EDITORA S.A e SARAIVA E SICILIANO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, alegando a violação de direitos autorais.

O Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedente a pretensão deduzida, no que se refere, tão somente, à obrigação de não fazer (e-STJ, fls. 164-166).

Interposto recurso de apelação pelo autor, a Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu parcial provimento ao reclamo, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 326):

DIREITO DE AUTOR - Rés que realizaram a comercialização de conteúdo de Internet produzido pelo autor, sem a indispensável autorização deste - Violação aos direitos autorais incontroversa - Ilícito configurado - Insurgência do autor quanto a ausência de

condenação das rés ao pagamento de indenização pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais - Danos patrimoniais não configurados - Ausência de prova acerca de vantagens patrimoniais das rés em prejuízo do autor - Dano moral configurado - Direito do autor sobre a reprodução da obra violado - Dano "in re ipsa" - Recurso parcialmente provido.

Os três embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 352-358).

Nas razões do apelo especial (e-STJ, fls. 394-410), fulcrado na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente UBOOK EDITORA S.A apontou violação dos arts. 186 e 944, *caput* e parágrafo único, do Código Civil; e 85 e 86 do CPC/2015.

Sustentou, em síntese, que o dano não foi concretizado, uma vez que não houve acesso ao conteúdo, mas tão somente a sua disponibilização, sendo incabível, assim, a fixação de verba indenizatória.

Considerou exorbitante a verba indenizatória arbitrada, no importe de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Alegou que houve sucumbência do autor na maior parte do seu pleito relativo ao valor da verba indenizatória, cinco vezes menor do que o valor constante na pretensão inicial deduzida. Asseverou que, em relação aos lucros cessantes, a sucumbência do recorrido foi integral.

Sem contrarrazões.

O processamento do recurso especial não foi admitido pela Corte local, ensejando a interposição do presente agravo.

Sem contraminuta.

Brevemente relatado, decido.

Acerca das questões controvertidas, cumpre ressaltar, inicialmente, que esta Corte Superior orienta-se no sentido de que é possível a fixação de danos morais nas hipóteses em que ocorra violação de direito autoral.

Corroboram esse entendimento os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚM. 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. REPRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA DE OBRA AUDIOVISUAL. LEGITIMIDADE PASSIVA. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. JULGAMENTO: CPC/15.

[...]

6. Reconhecido pelo Tribunal de origem que o segundo recorrente é titular de direito autoral sobre a obra audiovisual indicada na inicial, e que essa obra foi reproduzida sem a sua autorização, com intuito de lucro, pela primeira recorrente, exsurge dos autos a responsabilidade objetiva desta pela contrafação, incumbindo-lhe o dever de reparar os danos materiais e moral decorrentes da conduta ilícita.

[...]

9. O Tribunal de origem sopesou, de forma razoável, as circunstâncias específicas da hipótese para fixar o montante da condenação a título de compensação por dano moral, tendo, ao final, condenado a primeira recorrente ao pagamento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em favor do segundo recorrente, o qual não se mostra desproporcional no particular.

10. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual (súmula 54/STJ).

11. Recursos especiais conhecidos em parte e, nessa extensão, desprovidos.

(REsp 1727173/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 06/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DIREITO AUTORAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE ATIVA. SÚMULA 7 DO STJ. FOTOGRAFIA REPRODUZIDA EM CARTÕES TELEFÔNICOS SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO AUTOR. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS. VALOR A SER APURADO COM BASE NO ART. 103, DA LEI DOS DIREITOS AUTORAIS. DANO MORAL CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...]

3. A simples publicação de fotografias, sem indicação da autoria, como se fossem obra artística de outrem, é suficiente à caracterização do dano moral e a proteção dos direitos autorais sobre fotografias está expressamente assegurada, nos termos do inciso VII, do art. 7º, da Lei 9.610/98.

4. A sanção do parágrafo único do art. 103 da Lei 9.610/98 tem sua aplicação condicionada à impossibilidade de identificação numérica da contrafação.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1457774/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe

25/09/2017)

Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem concluiu pela configuração dos danos morais, diante da violação dos direitos autorais do recorrido, conforme se depreende da seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 332-334 - sem grifos no original):

**6. Razão assiste ao autor, em parte, no que tange ao pedido de indenização por danos morais. (...)**

Com efeito, dispõe a Lei de Direitos Autorais (L. 9610/98), em seu artigo 28, que "Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica",

No mesmo sentido, dispõe o artigo seguinte que:

"Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

I - a reprodução parcial ou integral;

[...]

V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;"

Além disso, a Lei 9610/98 prevê expressamente como direito moral do autor reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra (art. 24, I).

**Inegável a ocorrência de danos de ordem extrapatrimonial pela violação das rés aos direitos autorais do requerente. Além disso, trata-se de dano moral *in re ipsa*, decorrente unicamente da violação praticada pelas rés.**

7. Constatados os danos morais, resta avaliar o *quantum* indenizatório. (...)

**No caso concreto, o montante de R\$ 20.000,00, estabelecido pela sentença é ajustado ao valor fixado por esta Câmara para casos análogos e não comporta majoração ou redução.**

**Tal valor compensa de maneira justa o desrespeito à obra do autor e serve, sobretudo, como desestímulo às rés, para que adotem observem a exigência de autorização para divulgação de conteúdo criado por terceiros.**

**Além disso, valor superior ao ora fixado implicaria no enriquecimento ilícito do autor, que, voluntariamente, já disponibiliza seu conteúdo ao público em geral, gratuitamente, mitigando os efeitos da ação das rés.**

8. Em suma, o recurso comporta parcial provimento para o fim de fixar indenização pelos danos morais impingidos ao autor, nos moldes acima explicitados.

Nesse contexto, rever as conclusões do aresto combatido quanto à afronta ao direito autoral do agravado e à ocorrência do dano moral, requer o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, medida vedada em recurso especial, por incidir a Súmula n. 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITOS AUTORAIS. PRODUÇÃO DE PROVAS. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NULIDADE DA SENTENÇA NÃO CONFIGURADA. EDIÇÃO E DIVULGAÇÃO DE OBRA LITERÁRIA SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR. PLÁGIO. RESPONSABILIDADE CIVIL DA EDITORA. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES STJ. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...]

3. O acórdão estadual reconheceu o pedido de indenização formulado pelos agravados, amparado no acervo fático-probatório dos autos. A revisão dos fundamentos do acórdão estadual demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1368021/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 04/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INIBITÓRIA, DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS E LUCROS CESSANTES. DIREITO AUTORAL. ESTABELECIMENTO COMERCIAL. MOTEL. REEXAME DE FATO E PROVAS. SÚMULA 07/STJ.

1. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

2. Agravo interno no recurso especial desprovido.

(AgInt no REsp 1511132/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017)

Outrossim, no contexto dos autos, a revisão do *quantum* indenizatório estipulado pelas instâncias de origem só é admitida quando irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na espécie (fixado em R\$ 20.000,00 - vinte mil reais), porquanto o montante estipulado não destoia dos parâmetros estabelecidos nesta Corte para casos análogos. Desse modo, a análise do tema esbarra, de igual modo, no enunciado da Súmula n. 7 do STJ.

No que se refere à verba honorária, salientou o Tribunal de origem que "o autor foi sucumbente em menor parte de seu pedido, pois apenas não foi verificada a ocorrência de dano material. A parcial procedência do pedido do autor leva à sucumbência das rés. Lembro que estas nem mesmo negaram o uso não autorizado das obras, buscando apenas minorar suas conseqüências. Assim, pelo princípio da causalidade, com mais razão a sucumbência exclusiva da parte requerida" (e-STJ, fls. 369-370).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Importa destacar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes são questões que não comportam exame no âmbito do recurso especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

Com efeito, "a fixação da verba honorária pelas instâncias ordinárias resulta da avaliação subjetiva do julgador diante das circunstâncias fáticas dos autos, não podendo ser revista no recurso especial em virtude da incidência da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça, salvo quando irrisória ou excessiva, o que se não se verifica no presente caso" (AgInt no AREsp 1.173.934/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 17/09/2018, DJe 21/09/2018).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial de UBOOK EDITORA S.A.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado dos recorridos em 2% sobre o valor da indenização.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator